

Parecer
Processo 01450.004798/2012-75
Tombamento Pedra Fundamental da Capital Federal - Planaltina/DF

O presente parecer técnico tem como objeto o processo de tombamento federal da **Pedra Fundamental da Capital Federal**, em Planaltina, Distrito Federal, autuado sob o nº SEI 01450.004798/2012-75, instruído pelo IPHAN e remetido à apreciação deste Conselho. O bem constitui um marco de excepcional relevância histórica e simbólica, ligado ao ideário da interiorização da capital da República, à celebração do Centenário da Independência em 1922 e, sobretudo, à memória coletiva de Planaltina e do Distrito Federal.

A instrução processual que ora fundamenta este parecer resulta de um esforço coletivo que merece ser devidamente reconhecido. Cumpre registrar os agradecimentos aos solicitantes do tombamento, representantes da sociedade civil e instituições locais que, de forma persistente, mobilizaram-se para que a Pedra Fundamental recebesse o devido reconhecimento e proteção legal. Sua atuação traduz a essência da política cultural democrática, na qual a sociedade participa ativamente da definição e da valorização dos bens que compõem o patrimônio comum.

De igual modo, cabe destacar o trabalho das equipes técnicas do IPHAN, tanto da Superintendência no Distrito Federal (SUPDF) quanto do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), que elaboraram as notas técnicas, relatórios e análises que embasam esta manifestação. Seu rigor técnico, aliado à sensibilidade em compreender a importância social e simbólica do bem, assegurou a qualidade e a legitimidade do processo.

Este parecer, portanto, não se limita a uma apreciação burocrática. Ele se insere no horizonte mais amplo da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, que reconhece no tombamento não apenas um instrumento de tutela jurídica, mas também um gesto de valorização da memória, de legitimação das demandas sociais e de afirmação dos princípios constitucionais que asseguram a diversidade cultural e a identidade nacional.

Ao analisar a Pedra Fundamental de Planaltina, é possível compreender que seu valor ultrapassa a dimensão material do monumento. Ele está enraizado em uma narrativa que conecta passado, presente e futuro: da Missão Cruls de 1892, passando pelo marco de 1922, até a fundação de Brasília em 1960 e sua permanência como referência simbólica para a comunidade local. Assim, o tombamento que ora se propõe é expressão da continuidade histórica e da vitalidade social de um bem que constitui, sem dúvida, parte essencial do patrimônio cultural brasileiro.

Contexto histórico e fundacional

A Pedra Fundamental de Planaltina foi erguida em 7 de setembro de 1922, no marco das comemorações do Centenário da Independência, em um momento em que a jovem República buscava reafirmar seus símbolos e consolidar sua legitimidade. A cerimônia contou com a presença de autoridades federais e estaduais, sob a liderança do então presidente da República Epitácio Pessoa, e ocorreu em território pertencente a Goiás. O ato oficializava a vontade

política de cumprir a determinação constitucional da Carta de 1891, que previa a transferência da capital para o interior do país. Nesse gesto, condensavam-se ideais de unidade, soberania e integração nacional.

O lançamento da pedra não foi um episódio isolado, mas parte de um processo histórico de longa duração que envolve a imaginação territorial do Brasil. Já em 1892, a célebre Missão Cruls, liderada pelo astrônomo belga Luiz Cruls, realizou o levantamento topográfico e geográfico da região do Planalto Central, delimitando a chamada “Quadrilátero Cruls”. Esse relatório, minucioso e visionário, forneceu as bases técnicas para futuras decisões sobre a interiorização da capital, vinculando ciência, geografia e política de Estado em um mesmo horizonte de projeto.

A escolha do local para a instalação da pedra em 1922, portanto, não foi aleatória. Ela refletia a convergência de um imaginário republicano que compreendia a mudança da capital como símbolo de modernidade e de equidade territorial. A nova sede administrativa, situada no coração do país, deveria representar um ponto de equilíbrio entre as diferentes regiões, favorecendo a integração econômica, a defesa militar e a consolidação de um sentimento de identidade nacional que ultrapassasse as fronteiras regionais.

Nesse sentido, a Pedra Fundamental de Planaltina é muito mais do que um marco físico. Ela expressa a materialização de um projeto civilizatório que buscava construir um Brasil moderno, centralizado e unificado. O monumento tornou-se testemunho de um ideal que se manteve vivo ao longo de décadas e que seria finalmente concretizado com a fundação oficial de Brasília em 21 de abril de 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Assim, a Pedra Fundamental deve ser compreendida como elo entre três tempos: o passado colonial e imperial que demandava interiorização como estratégia de soberania; o presente republicano de 1922, que instituiu o marco como símbolo de um Brasil independente e moderno; e o futuro projetado, realizado com a transferência da capital, que ressignificou definitivamente a geopolítica do território nacional.

Descrição do bem cultural

A Pedra Fundamental localiza-se na região administrativa de Planaltina, Distrito Federal, em área de grande visibilidade para a comunidade local. Trata-se de um monumento em pedra e alvenaria, inscrito com menções ao ato de 1922 e ladeado por um entorno que preserva sua ambiência histórica. O marco possui dimensões modestas, mas de expressivo valor simbólico. Sua permanência ao longo de um século demonstra a vitalidade da memória local e nacional, mesmo em meio às transformações urbanas que alteraram profundamente a região.

Embora o estado de conservação geral seja considerado satisfatório, as análises técnicas realizadas pelo IPHAN destacam alguns desafios de proteção e manutenção que precisam ser enfrentados. Observa-se a ocorrência de processos de desgaste natural da pedra e da argamassa, a necessidade de tratamento preventivo contra infiltrações e vegetação rasteira, além da carência de sinalização adequada que permita ao visitante compreender a importância histórica

do marco. O entorno imediato, apesar de preservado em termos de visibilidade, carece de maior ordenamento e controle do uso do solo, de forma a evitar ocupações e intervenções que comprometam a ambiência.

Outro ponto enfatizado é a urgência de implementar um plano de gestão e conservação preventiva, com rotinas de monitoramento e manutenção periódica, articulado entre o IPHAN, o Governo do Distrito Federal e a comunidade local. O documento também ressalta que o tombamento deve vir acompanhado de estratégias de valorização educativa e interpretativa, garantindo não apenas a integridade física do monumento, mas também a ampliação de sua função social e pedagógica.

Valores atribuídos

O bem em análise reúne um conjunto de valores que justificam, de forma inequívoca, seu reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro. Esses valores não se limitam à materialidade da pedra, mas abrangem dimensões históricas, culturais, simbólicas e sociais que atravessam o tempo e se projetam no presente:

Valor histórico

A Pedra Fundamental de Planaltina representa o marco fundacional da capital, vinculado diretamente às comemorações do Centenário da Independência (1922) e à concretização de uma antiga aspiração republicana já prevista na Constituição de 1891: a transferência da capital para o interior do território. Nesse sentido, o bem inscreve-se em uma linha de continuidade entre a Missão Cruls de 1892, a cerimônia de 1922 e a inauguração de Brasília em 1960. A pedra testemunha um projeto de nação que se materializou ao longo de décadas e que teve na interiorização da capital um gesto político de modernização, integração territorial e afirmação da soberania nacional. Trata-se, portanto, de um documento histórico vivo, cuja permanência física garante a transmissão de uma memória cívica central para a identidade do Brasil contemporâneo.

Valor cultural e simbólico

Mais do que um artefato, a Pedra Fundamental é portadora de sentidos que ultrapassam a dimensão material. Sua colocação no território de Planaltina simboliza a utopia de um Brasil coeso, moderno e orientado pelo ideário republicano. Ao mesmo tempo, o monumento é expressão de um projeto civilizatório que buscou redefinir a geografia política e cultural do país, deslocando o eixo de poder do litoral para o interior. Esse caráter simbólico se reforça na atualidade, quando a pedra é evocada como referência de pertencimento e como elo entre passado, presente e futuro da capital federal. A sua permanência como marco físico concretiza uma narrativa coletiva, oferecendo suporte tangível à memória nacional. Nesse aspecto, a Pedra Fundamental dialoga com outros símbolos de fundação, como o Cruzeiro de Anhatomirim, o Marco Zero de Macapá ou o Padrão do Descobrimento, que o IPHAN já reconheceu como representativos de momentos definidores da história brasileira.

Valor social

No âmbito local, a Pedra Fundamental ocupa posição de destaque na vida cultural e comunitária de Planaltina. Anualmente, o monumento integra o calendário de celebrações cívicas e religiosas, sendo ponto de encontro de rituais coletivos, comemorações escolares e manifestações identitárias. A população da cidade reconhece na pedra um marco de pertencimento, uma referência espacial e simbólica em torno da qual se organizam práticas de memória e transmissão de saberes. A demanda comunitária pelo tombamento revela a vitalidade social do bem: não se trata apenas de preservar uma pedra, mas de assegurar a continuidade de uma memória partilhada, legitimada e reiterada pela coletividade. Assim, o valor social da Pedra Fundamental é inseparável da sua condição de patrimônio vivo, cuja salvaguarda responde às expectativas e necessidades da própria comunidade.

A confluência desses três valores — histórico, cultural-simbólico e social — confere à Pedra Fundamental um caráter único dentro do conjunto do patrimônio cultural brasileiro. Seu tombamento federal não apenas resguarda um marco material da fundação de Brasília, mas também reconhece a força das práticas sociais que lhe dão sentido, reafirmando o princípio de que a preservação do patrimônio deve estar enraizada na legitimidade social e no engajamento das comunidades que o sustentam.

Engajamento da comunidade e legitimidade social

A mobilização comunitária em torno da Pedra Fundamental tem sido constante ao longo da mobilização comunitária em torno da Pedra Fundamental de Planaltina não é episódica nem recente: trata-se de um processo contínuo, atravessando décadas e consolidando-se como elemento central da identidade local. Diversas associações culturais e de memória, lideranças comunitárias, instituições acadêmicas e representantes políticos da região têm reiteradamente demandado do poder público medidas de proteção, reivindicando o tombamento como instrumento de valorização patrimonial. Esse movimento inscreve-se em um cenário mais amplo de participação social na política cultural, em que a sociedade civil atua não apenas como beneficiária, mas como protagonista na definição do que deve ser preservado.

É nesse sentido que a patrimonialização da Pedra Fundamental deve ser compreendida não apenas como uma decisão administrativa, mas como resposta institucional a uma demanda social historicamente legitimada. O patrimônio cultural, como estabelece a Constituição Federal de 1988 (art. 216), pertence a todos os brasileiros, e sua preservação deve estar ancorada no reconhecimento coletivo de seus valores. O caso em análise é exemplar: a vontade comunitária converge com os critérios técnicos de reconhecimento, fortalecendo a legitimidade social do processo.

Além disso, a mobilização em Planaltina guarda relação com outras experiências no Brasil em que a pressão comunitária foi decisiva para a proteção de bens culturais — a exemplo do Cais do Valongo no Rio de Janeiro, cujo tombamento foi impulsionado por coletivos negros, ou da Casa de Chico Mendes no Acre, preservada em grande medida pela atuação de movimentos

sociais e sindicais. Nesses casos, assim como no de Planaltina, observa-se que o patrimônio se torna território de memória e disputa, articulando interesses locais e nacionais.

A legitimidade social do tombamento da Pedra Fundamental também se expressa no modo como o monumento é apropriado pela comunidade em práticas festivas, cívicas e religiosas. A realização de atos comemorativos no local — sejam eles vinculados ao calendário escolar, a celebrações da Independência ou a eventos próprios da comunidade — revela que o bem não é um vestígio inerte do passado, mas um patrimônio vivo, cuja força simbólica se atualiza continuamente no presente.

Assim, a inscrição da Pedra Fundamental como patrimônio nacional permitirá ao IPHAN cumprir sua missão não apenas de preservar um marco histórico, mas também de reconhecer e valorizar a ação cidadã na construção do patrimônio cultural. O tombamento responde, portanto, a uma dupla exigência: a técnica, que fundamenta a importância histórica e cultural do bem, e a social, que legitima sua proteção por meio da participação da comunidade que o mantém vivo em sua memória e em suas práticas.

Compatibilidade com os instrumentos da política de patrimônio cultural

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, estabelece que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. A Pedra Fundamental de Planaltina insere-se claramente nessa definição, ao evocar a memória fundacional da capital e ao integrar práticas sociais de grande vitalidade.

O tombamento do bem é coerente com a atuação do IPHAN na proteção de marcos históricos que estruturam a narrativa nacional, a exemplo do Panteão da Pátria, da Praça dos Três Poderes e de outros bens que materializam episódios significativos da história do Brasil. Dessa forma, o reconhecimento da Pedra Fundamental reforça a perspectiva de uma política de patrimônio que não se restringe a edificações monumentais, mas que incorpora também os símbolos e marcos referenciais da trajetória nacional.

Conclusão

O reconhecimento do bem constitui não apenas a salvaguarda de um marco material, mas também o fortalecimento da memória coletiva de Planaltina, do Distrito Federal e do Brasil. Trata-se de um passo fundamental para consolidar a narrativa da fundação da capital e reafirmar a legitimidade social da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Diante do exposto, este parecer conclui pela **aprovação do tombamento federal da Pedra Fundamental da Capital Federal, em Planaltina-DF**, recomendando sua inscrição no **Livro do Tombo Histórico**, por seu valor simbólico, histórico, cultural e social.

Cristovam Buarque
Brasília, setembro de 2025.